

## Introdução

Precisamos usar metáforas ao falar sobre o tempo, pois só podemos representá-lo por meio do movimento em unidades espaciais. O caminho que é percorrido daqui até lá, a progressão, assim como o progresso ou o desenvolvimento contêm imagens que nos propiciam conhecimentos temporais. O historiador precisa servir-se dessas metáforas retiradas da noção espacial se quiser tratar adequadamente as perguntas sobre diferentes tempos. A história sempre tem a ver com o tempo, com tempos que permanecem vinculados a uma condição espacial, não só metafórica, mas também empiricamente. De maneira semelhante, “acontecer” [*geschehen*], verbo que antecede a “história” [*Geschichte*], nos remete primeiramente a “apressar-se, correr ou voar”, ou seja, ao deslocamento espacial.\* Os espaços históricos se constituem graças ao tempo, que nos permite percorrê-los e compreendê-los, seja do ponto de vista político ou do econômico. Mesmo quando a força metafórica das imagens temporais tem origem em noções espaciais, as questões espaciais e temporais permanecem entrelaçadas.

Poderíamos descartar como mero jogo de palavras o fato de que a “história” também permite uma conotação espacial, a de conter estratos [*Schichten*].\*\* Mas a metáfora espacial traz consigo uma vantagem. Assim como ocorre no modelo geológico, os “estratos de tempo” também remetem a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente. Graças aos “estratos de tempo” podemos reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores. Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos. Em uma teoria do tempo, todos os conflitos, compromissos e formações

---

\* Em alemão, o verbo *geschehen* [acontecer] tem a mesma raiz que o substantivo *Geschichte* [história], fato que permite a este substantivo designar não apenas a ciência histórica, mas também “histórias” no plural e aquilo que aconteceu. [N.T.]

\*\* *Schichten* significa “estratos” ou “camadas”. *Geschicht* significaria, portanto, “estratificado”. [N.T.]

de consenso podem ser atribuídos a tensões e rupturas – não há como escapar das metáforas espaciais – contidas em diferentes estratos de tempo e que podem ser causadas por eles.

Com isso, delineeí *grosso modo* os limites nos quais os estudos a seguir foram elaborados. Pus à parte todos os meus trabalhos dedicados exclusivamente à história dos conceitos, à historiografia e à história social, que estão destinados a uma edição separada. Priorizei aqui ensaios que expõem as linhas de fuga da teoria do tempo.

Uma das teses que constituem meu ponto de partida é a de que os tempos históricos podem ser distinguidos claramente dos tempos naturais, embora ambos se influenciem reciprocamente. O percurso regular e repetitivo do Sol, dos planetas, da Lua e das estrelas, assim como a rotação da Terra, remetem a medidas temporais constantes – anos, meses, dias e “constelações” –, bem como à sucessão das estações do ano. Todos esses decursos de tempo foram impostos ao ser humano, mesmo que ele tenha aprendido a interpretá-los e, sobretudo, a calculá-los graças a realizações culturais e intelectuais. Calendários e cronologias, séries de dados e estatísticas se apoiam nessas medidas de tempo derivadas da natureza, que os seres humanos descobriram como usar, mas das quais não podem dispor ao seu bel-prazer. Por isso, a linguagem dos tempos naturais preestabelecidos conserva um sentido incontestável.

A metáfora dos “estratos do tempo” só pôde ser usada a partir do século XVIII, após a temporalização da velha e respeitável história natural, a “*historia naturalis*”. Kant e Buffon inauguraram o novo horizonte temporal, submetendo a Terra e todos os seres biológicos – animais e seres humanos – a uma perspectiva histórica. Kant procurou várias vezes um novo termo que lhe permitisse separar a assim chamada (também por ele) “história natural” e a história humana. Mas nem “fisiogênese” nem “arqueologia da natureza” conseguiram se impor na linguagem científica. Manteve-se então “história natural”, agora temporalizada.<sup>1</sup>

Kant temporalizou o ato da criação, até então singular na teologia. “A criação não é obra de um momento” – ela abrange e estrutura o pro-

<sup>1</sup> Veja R. Koselleck, artigo “Geschichte, Historie”, in Otto Brunner *et alii* (orgs.), *Geschichtliche Grundbegriffe*, v. 3, Stuttgart, 1975, p. 678-682: “Von der ‘historia naturalis’ zur ‘Naturgeschichte’”.

cesso da natureza, infinitamente aberto ao futuro. “A criação jamais termina. [...] Realiza uma obra que estabelece uma relação com o tempo, que se desdobra nela.” Nesse contexto, Kant recorreu a condições visíveis e terrestres para deduzir uma metáfora temporal aplicável ao processo progressivo de formação da natureza: “Para que se alcance a perfeição, decorrerão milhões e montanhas de milhões de séculos, durante os quais sempre surgirão novos mundos e novas ordens cósmicas nos âmbitos naturais mais distantes.”<sup>2</sup> A figura de estratos terrestres que se desdobram em montanhas disponibiliza decursos temporais de milhões de séculos, até então inimagináveis para o uso metafórico.

Carus fez retroceder a história da Terra, agora temporalizada, para “conciliar certas formas de montanhas com a estrutura interior de sua massa”, deparando-se com “o fato necessário de que essa estrutura interior decorre da história dessas montanhas”. Aqui se torna evidente a origem geológica do conceito de história em nosso uso linguístico.<sup>3</sup> Portanto, não surpreende que, em outra retrocessão, a história humana também seja interpretada por meio de novas metáforas que abarcam períodos de longa duração. Quando Görres buscou esclarecer o “caráter do moderno” em seu próprio tempo – que, na época, era “o nosso tempo” –, usou parábolas geológicas: “Na história da Terra, o período de formação das primeiras montanhas está para as montanhas de estratos sedimentares assim como o tempo antigo está para o tempo novo.”<sup>4</sup> Montanhas compactas e homogêneas, que se estenderam sobre a Terra, passaram a conter todas as formações posteriores – ou seja, os estratos sedimentares mais recentes e mais maleáveis – como o novo tempo. Malgrado as especulações românticas nas quais Görres incorre, uma coisa se torna clara: o que antes se baseava em mitos de criação e cosmogonias, agora adquire estruturas históricas. Longos prazos de tempo da história da Terra, bem como suas sedimentações ou erupções, agora se associam a uma “pré-história”

<sup>2</sup> Kant, *Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels*, in Wilhelm Weischedel (org.), *Werke*, v. 1: *Vorkritische Schriften*, p. 335.

<sup>3</sup> Carl Gustav Carus, *Neun Briefe über Landschaftsmalerei*, 8, in Friedmar Apel (org.), *Romantische Kunstlehre*, Frankfurt am Main 1992, p. 265 (Bibliothek der Kunstliteratur).

<sup>4</sup> Joseph Görres, *Korruskationen* [=coriscos], in Wolfgang Frühwald (org.), *Ausgewählte Werke*, v. 1, Freiburg, Basileia e Viena, 1978, p. 97ss.

da humanidade que nem só em sentido metafórico apresenta características estruturais análogas.

Existem, pois, fatores meta-históricos que fogem ao controle humano. Além da história da Terra, pertencem a essa categoria todas as condições geográficas e climáticas que o ser humano talvez possa influenciar, mas nunca poderá dominar. Isso nos leva àquelas precondições naturais que possibilitam as experiências temporais especificamente antropológicas. Do ponto de vista zoológico, compartilhamos tais precondições com os animais: o relógio biológico inserido em nossos corpos; o instinto sexual, condição da reprodução de gerações enquadradas entre nascimento e morte e que, segundo Heidegger, moldam a temporalidade da nossa existência. Todos os aspectos naturais que temos em comum com os animais são culturalmente transformados, é claro: a morte, pelas mortes politicamente motivadas; a sexualidade, por sua potencialização no prazer e no terror; a necessidade de alimentar-se, pela ascese ou pelo aumento do prazer culinário.

Um traço comum a esses modos de conduta antropológicos e também condicionados pela natureza é sua recorrência. Apesar da enorme variabilidade dos desdobramentos culturais possíveis, os chamados instintos ou necessidades nutrem-se da repetibilidade, sem a qual não poderiam se manifestar nem ser satisfeitos. O padrão temporal básico dessa repetibilidade atesta a constância de histórias humanas que retrocedem aos cerca de 2 milhões de anos da nossa chamada pré-história.

Aquilo que Fernand Braudel chamou de *longue durée*, a longa duração que subjaz ou precede estruturalmente toda história individual, precisa ser diferenciado a partir de aspectos temporais. Ou são precondições que podem ser delimitadas geográfica ou biologicamente e cuja duração escapa à intervenção humana ou são estruturas de repetição adotadas conscientemente pelo ser humano, que as ritualiza, as enriquece culturalmente e as assimila, tendo em vista ajudar a estabilizar as sociedades. A região mediterrânea investigada por Braudel, cujas condições extra-humanas determinam histórias seculares, tem uma duração diferente da continuidade que surge das ações humanas. Com isso, já distinguimos dois estratos de tempo que aparentemente remetem a durações semelhantes. No entanto, uma delas, a duração que garante a continuidade das condições naturais, pode agir de modos que escapem à nossa consciência, que só aos

poucos a apreende. Não podemos controlar inteiramente as precondições geográficas e biológicas das histórias humanas, embora isso aconteça cada vez mais, graças ao progresso das ciências naturais. O outro tipo de duração vive da repetição que nasce da vontade e da intenção. Ele garante a durabilidade e a constância dos modos de conduta social. Do ponto de vista empírico, as estruturas de repetição naturais e aquelas reguladas pelos seres humanos se interpenetram, mas precisam ser claramente separadas do ponto de vista da teoria do tempo.

Nossas estruturas de repetição não podem ser reduzidas àqueles movimentos circulares que encontramos nas órbitas cósmicas. Essa metáfora circular tem desempenhado um papel proeminente em inúmeras interpretações históricas desde a Antiguidade, mas ela não consegue captar a peculiaridade temporal que não deve ser chamada de retorno (eterno), mas sim de repetição (executada sempre na atualidade). Estratos de tempo que sempre se repetem estão contidos em todas as ações singulares e em todas as constelações únicas, executadas ou suportadas por seres humanos igualmente singulares e únicos. Tais estratos permitem, condicionam e limitam as possibilidades de ação humana e, ao mesmo tempo, as geram. Embora cada casamento constitua um ato individual e único para os participantes – sobretudo para os noivos –, os rituais de organização e realização do casamento, que também orientam as consequências que dele resultam, ou seja, os hábitos, costumes e leis, asseguram um tipo particular de constância. Sua repetibilidade é uma precondição de todos os casos individuais.

Por isso, nos estudos que se seguem investigaremos a duração e os prazos curto, médio e longo, e o que efetivamente se repete neles de modo a permitir ações e atividades singulares. A abordagem metodológica de Fernand Braudel será desconectada do circuito paralelo das durações longas, curtas e situacionais para ser reconduzida a um padrão antropológico comum, básico, que comporta distintos estratos de tempo. Sem esse tipo de diferenciação, nenhuma história pode ser reconhecida ou representada. Ritos ou dogmas dependem de repetibilidade para garantir sua constância. Costumes, regras e leis repousam na aplicabilidade repetida, sem a qual não pode haver ordem e justiça – qualquer que seja o risco a que estejam expostos. Cada constituição, instituição e organização no âmbito político, social ou econômico depende de um mínimo de

repetição, sem a qual elas não seriam capazes de se adaptar nem de se renovar. Mesmo as artes, por mais originais que possam ser, vivem do reaproveitamento de possibilidades preexistentes. Toda recepção contém ou revela repetições.

O mesmo vale para a história da linguagem. A pragmática da linguagem é sempre singular e situacional, considerada como ato de fala que gera eventos ou a eles se refere. A semântica, ao contrário, persiste por mais tempo, é menos variável e sofre alterações em ritmo mais lento. Pois toda semântica contém potenciais de interpretação que permanecem efetivos durante muitas gerações. Sem seu conhecimento prévio, nenhuma comunicação – nem a simultânea, nem aquela que transcende os tempos – seria possível. A estrutura básica da gramática e da sintaxe sofre mudanças ainda mais lentas, sendo praticamente impossível influenciá-la diretamente.

Assim, todos os âmbitos de vida e ação humanas contém diferentes estruturas de repetição, que, escalonadas, se modificam em diferentes ritmos. Seria incorreto supor que todos eles se modifiquem ao mesmo tempo ou em paralelo, ainda que aconteçam ao mesmo tempo, no sentido cronológico, e estejam entrelaçados.

A argumentação divergente com a qual meu mestre Hans-Georg Gadamer intervém no desenvolvimento da tese demonstra como e onde a apreensão linguística do mundo se desvia da chamada história real, ao mesmo tempo que a condiciona e a possibilita. Sigo inclinado a interpretar de forma aporética a relação entre a história da linguagem e a história factual: a linguagem contém e pode expressar sempre mais (ou menos) conteúdo do que aquele que existe na história real. Inversamente, cada história contém mais (ou menos) do que se diz dela. Por isso, a narrativa histórica sempre precisa reformular a história passada.

Sem a pluralidade de estratos do tempo histórico tampouco seria possível arriscar prognósticos. Por sua singularidade, os acontecimentos e os indivíduos, bem como suas ações e omissões, dificilmente podem ser previstos. Mas podemos analisar as condições gerais, mais ou menos passíveis de repetição, nas quais acontecimentos futuros podem ocorrer. Esse potencial de prognósticos depende de um mínimo de repetibilidade, que precisa ser estipulado. Se assim não fosse, a humanidade despencaria paulatinamente em um nada sem fundo.

Mas os limites da calculabilidade se revelam logo que as antigas utopias são temporalizadas e projetadas para o futuro: elas criam o contrário daquilo que, aparentemente, buscam alcançar.

Uma vez que as estruturas de repetição nunca se reproduzem de forma homogênea, impõe-se obrigatoriamente, do ponto de vista teórico, a questão das diferentes velocidades de mudança, dos atrasos e acelerações. Só podemos responder a essa pergunta se distinguirmos estritamente as atitudes subjetivas que dizem respeito às expectativas e seus objetivos (frustrados ou alcançados) e aqueles outros fatores que, na sociedade industrial tecnificada, impõem aos seres humanos acelerações cientificamente calculáveis.

Expectativas de aceleração, no sentido de uma abreviação do tempo, existem desde a apocalíptica judaico-cristã. Mas acelerações reais, capazes de transformar a realidade, só tomaram forma no mundo moderno, tecnicamente reconfigurado. Na percepção dos envolvidos e afetados por essa aceleração, os dois tipos estão interligados, mas não podem ser deduzidos um do outro de forma causal. “O homem efêmero quer vivenciar plenamente esse desenvolvimento acelerado, pela metade do salário de uma metade de século” – é assim que Jean Paul recria a expectativa da parúsia do apocalipse cristão como fator abreviador do tempo e a transforma na moderna aceleração da experiência.<sup>5</sup> Mas uma formulação mais aguda do “desenvolvimento acelerado” não é idêntica a uma aceleração da história real. Para fazermos afirmações justificáveis, também aqui precisamos distinguir metodologicamente a forma linguística e os fatos.

Nos últimos estudos deste livro mostraremos como as perspectivas historiográficas remetem a premissas relacionadas a teorias do tempo, a partir das quais se deve compreender a história real. Sempre precisaremos de categorias formais que permitam reconstruir e, sobretudo, comparar histórias concretas. O conteúdo das determinações temporais abstratas precisa ser complementado. As categorias formais dentro/fora, acima/abaixo, antes/depois pertencem às figuras básicas que permitem deduzir todas as histórias, mesmo que o conteúdo delas se diferencie infinitamente. São determinações antropológicas de diferença, das quais brotam consequências temporais. Pretendemos comparar cinco tipos de decurso

---

<sup>5</sup> Jean Paul, *Werke*, v. 5, org. N. Miller, Munique, 1980, p. 929.

temporal que, cada um ao seu modo, buscam relacionar formas distintas de justiça e a experiência histórica.

Um caso muito específico ocorre quando algo aconteceu não apenas mais cedo que..., ao mesmo tempo que..., ou mais tarde que..., mas sim cedo ou tarde demais. Essa determinação visa a uma ação singular com um *kairós* que pode ser aproveitado, desperdiçado ou perdido de uma vez por todas. Por isso, a categoria do atraso, hoje tão frequentemente aplicada à história alemã, só pode ser usada para se referir a um momento determinado, relevante para aquela ação. Ela é inadequada para ser aplicada a formações sociais, como Estados ou sociedades, ou mesmo culturas e linguagens. Quando se lamenta um atraso, há sempre referência a uma oportunidade perdida, a um desejo projetado sobre o passado a fim de se programar ideologicamente uma recuperação acelerada. Tal categoria pertence à linguagem do programa político, mas carece de rigor analítico. Pois, com Herder, podemos supor que toda história contenha em si sua própria medida de tempo. Os julgamentos morais são necessários, mas não são constitutivos daquilo que já aconteceu.